



## **Carta aberta do Movimento das Mulheres Camponesas ao 9º Simpósio Brasileiro de Vigilância Sanitária da Abrasco – João Pessoa, 20 a 24 de novembro de 2023**

Somos mulheres camponesas: agricultoras, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, boias-frias, diaristas, parceiras, extrativistas, quebradeiras de coco, pescadoras artesanais, sem-terra, assentadas... Mulheres indígenas, negras, descendentes de europeus. Somos a soma da diversidade do nosso país. Pertencemos à classe trabalhadora, lutamos pela causa feminista e pela transformação da sociedade.

Somos o Movimento de Mulheres Camponesas que existe há 40 anos no Brasil! As sementes da libertação e da afirmação de que todas as vidas tem seu valor, sempre estiveram conosco e lutar sempre foi nossa condição! Existimos porque lutamos! Somos o Movimento de Mulheres Camponesas, organizado em todas as regiões do país. Resistimos no campo às consequências econômicas, políticas, sociais e culturais do projeto capitalista, patriarcal, racista e LGBTifóbico que intensifica a exploração de trabalhadoras e trabalhadores, aumentando a violência e a discriminação contra as mulheres.

Nos organizamos, lutamos e conquistamos o reconhecimento da profissão de trabalhadora rural, o salário maternidade, a aposentadoria da mulher da roça aos 55 anos, entre outros direitos. Lutamos, junto com outras organizações, para ter um sistema público e universal de saúde, o SUS e seguimos lutando para que seja fortalecido e que não seja solapado pelos interesses privados. Continuamos lutando por saúde de qualidade, pela construção de novas relações sociais, de gênero e étnico-raciais; por políticas públicas que atendam aos interesses das camponesas e camponeses e pelo fim de todas as formas de violência e opressão.

Semear, cultivar, cuidar, produzir alimentos e compartilhar têm sido nossa missão enquanto mulheres camponesas! Mostramos que é possível produzir alimentos saudáveis,



nutritivos, agroecológicos para alimentar o povo brasileiro e viabilizar a soberania alimentar! As sementes criolas, os quintais produtivos, as hortas, as plantas medicinais, a valorização da produção camponesa e agroecológica associada com as flores, as árvores e a recuperação das nascentes, das fontes, do cuidado com a água, a terra, a natureza são alguns sinais do nosso compromisso com o cuidado com a Vida, as pessoas, a natureza, nossa grande Mãe Terra!

Reafirmamos a luta das mulheres camponesas pela igualdade de direitos e pelo fim de qualquer forma de violência, opressão e exploração praticada contra as mulheres e a classe trabalhadora. Dessa forma, nos identificamos pela produção de alimentos saudáveis, pela construção de um projeto de agricultura ecológico e pela luta e libertação das mulheres.

Queremos neste SIMBRAVISA manifestar nosso compromisso ético com a defesa da vida e da saúde como direito dos povos. Com base nas orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS) que afirma a relevância da Saúde perpassar em todas as Políticas reforçamos a importância dessas premissas e, no que se refere à problemática dos Agrotóxicos e os danos provocados na Saúde Reprodutiva, trazemos nossas reflexões e proposições:

Esta problemática deve ser considerada de relevância para a Saúde Pública no Brasil. Um país que é reconhecido como o maior consumidor mundial de agrotóxicos por hectare de produção de commodities agrícolas e também possui um extenso uso na hortifruticultura, em áreas urbanas e intradomiciliares, entre outras produções agrícolas e pecuárias precisa avaliar os impactos deste uso indiscriminado de agrotóxicos na saúde humana, nos animais, na água, no solo e na natureza como um todo.



Além disso, ainda existem limitações para uma efetiva vigilância da saúde humana frente a gravidade da exposição aos agrotóxicos no Brasil devido às limitações nos sistemas de informação vigentes (SINAN - Sistema de Informação de Agravos de Notificação; SIH - Sistema de Informações hospitalares; SAI - Sistema de Informações Acadêmicas; SIM - Sistema de Informação sobre Mortalidade; SISVAN - Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional; SISAGUA - Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano; PARA - Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos) e o SINITOX - Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas. Isso inviabiliza o controle, o monitoramento, o cuidado às populações expostas aos agrotóxicos, assim como deixa questões negligenciadas como às situações relacionadas aos impactos na saúde reprodutiva.

Pesquisas científicas apontam que os danos dos agrotóxicos sobre a saúde reprodutiva se iniciam antes da gestação para mulheres e homens, incidem sobre o feto e a saúde materno infantil, e depois do nascimento continuam a mostrar seus sinais e sintomas como infertilidade em homens e mulheres, malformação congênita, aborto, prematuridade, baixo-peso ao nascer, distúrbios do desenvolvimento infantil, problemas relacionados ao aprendizado nas crianças filhas de pais expostos, câncer infanto-juvenil, câncer nos órgãos reprodutores de homens e mulheres, entre outros danos, agravos e doenças.

Nossos corpos são territórios vivos que estão morrendo por situações socioambientais de um modelo de desenvolvimento econômico rural e urbano que não coloca a vida e a saúde em sua centralidade. Afirmamos a urgência em reorganizar os modelos de desenvolvimento para que a saúde da nossa população seja promovida, protegida e cuidada com a dignidade merecida

Lutamos pelo direito à saúde e o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), com a garantia da universalidade, integralidade, equidade e participação social, implementado de forma descentralizada. Para tanto, propomos:

1. Reformular o Sistema de Vigilância dos Agrotóxicos, em todas as suas dimensões, desde a identificação de grupos mais vulneráveis, frente às



VIGILÂNCIA SANITÁRIA:  
DIREITO À SAÚDE E O  
FORTALECIMENTO DO SUS  
20 a 24 de novembro  
João Pessoa | 2023



exposições aos agrotóxicos para um segmento integrado da saúde, buscando a integração da vigilância de populações expostas aos agrotóxicos no sistema de atenção básica, obstétrica, de maternidade, pediátrica, de saúde do trabalhador, indígena, da mulher, da criança e escolar;

2. Ampliar a capacidade de identificar precocemente casos de intoxicações agudas, crônicas e na saúde reprodutiva, considerando aqui toda sua extensão (na preconcepção, na concepção e no pós nascimento);
3. Aprimorar os sistemas de informação em saúde, tornando-os mais sensíveis para a vigilância de danos à saúde reprodutiva, em populações expostas aos agrotóxicos, bem como ações integradas de promoção, prevenção, cuidado e reabilitação em saúde.
4. Investir em Pesquisas sobre os impactos do uso de agrotóxicos na Saúde Humana, Saúde Reprodutiva, Saúde Animal e no Meio Ambiente.
5. Revisar a Legislação sobre os agrotóxicos no Brasil e avaliar os impactos sobre a saúde e as questões socioambientais;
6. Criar espaços intersetoriais no âmbito municipal, estadual e federal para analisar a situação de saúde das populações expostas aos agrotóxicos, os agravos, os efeitos crônicos, os efeitos sobre a saúde reprodutiva e os distúrbios psíquico-neurológicos-cognitivos e suas implicações na prevenção, no cuidado, reabilitação e mudanças necessárias para evitar essas situações;
7. Criar instrumentos de análise de situação da saúde reprodutiva no Brasil frente aos poluentes ambientais, com destaque aos territórios de maior exposição ambiental por agrotóxicos, mercúrio, solventes aromáticos, solventes clorados, poluição do ar entre outros;
8. Articular as iniciativas de vigilância popular em saúde, com as formas instituídas de vigilância em saúde (epidemiológica, sanitária, ambiental e trabalhador/a) no contexto da saúde reprodutiva e de populações expostas à agrotóxicos;
9. Articular a implementação das políticas específicas do SUS (Saúde da Mulher, Políticas de Equidade para Populações do Campo, Florestas e Águas;



População Negra, Quilombolas, Saúde Indígena, Política de Educação Popular em Saúde, dentre outras na efetivação às populações expostas à agrotóxicos.  
*EM DEFESA DA VIDA E DA SAÚDE DAS MULHERES E DOS POVOS!  
EXISTIMOS PORQUE LUTAMOS!*

**Moção aprovada pela plenária final do 9º Simpósio Brasileiro de Vigilância Sanitária, em João Pessoa, Paraíba, no dia 24 de novembro de 2023.**